

ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS EM CONTEXTO DE ENSINO: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE A RELAÇÃO DE MESTRIA

Vanessa Regina de Oliveira Martins
Prefeitura Municipal de Campinas; FAJ; IESCAMP

I. RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a atuação do intérprete de língua de sinais em contexto de ensino a partir do olhar da filosofia francesa, em Michel Foucault (2010) – mais precisamente na obra “Hermenêutica do Sujeito”, em que o autor propõe uma análise do fazer do mestre na relação estabelecida com seu discípulo, e ainda apresenta os conceitos de ética e estética da existência. A proposta, portanto, é analisar a importância, e a potência do conceito de mestria em Foucault, aplicando-a no contexto da relação docente em sala de aula e, a partir dessa perspectiva, a de necessariamente o ensino convocar a presença de um mestre, observar e aprofundar o olhar na constante relação estabelecida entre intérprete educacional, professor e aluno – portanto a questão posta: quem ocupa a posição de mestria, ou a posição-mestre, para o surdo, que é, necessariamente, efeito de linguagem? Este trabalho é resultado de uma pesquisa de doutoramento em educação (MARTINS, 2013) na qual se defende, pela teoria foucaultiana, e através da observação em campo, a necessidade de um posicionamento ativo do intérprete na construção de uma ética de si, produzida dentro do contexto educacional – um espaço movediço, e por isso, tal sujeito se constrói, ou constitui-se no entre-lugar e entre-discursos. O posicionamento ativo vem como proposta de uma relação que passa pela ação pedagógica, e é efeito da busca pela sobrevivência do aluno surdo frente ao fazer de uma escola inclusiva, e ainda, na lógica de se consolidar um espaço e um procedimento de trabalho para o próprio intérprete. A pesquisa apresenta um levantamento histórico sobre a formação/atuação do intérprete educacional e propõe, pelas análises, a presença de três tipos de mestria: socrática, religiosa e ativa, a partir do conceito de cuidado de si no período helenístico relacionando-a com a função-educador (CARVALHO, 2008). Um dos pontos levantados na pesquisa é a formação direcionada ao intérprete educacional, ainda em falta. Como o foco de todo o trabalho se dá no cotidiano de intérpretes de língua de sinais educacional (ILSE), a pesquisa usou como procedimento de análise a genealogia (FOUCAULT, 1979), na qual a historicidade, as relações de poder e saber e a fala dos sujeitos comuns, que participam do acontecimento observado, compõem campo de investigação e de verdades, formulados em um determinado contexto e tempo histórico. Tal investigação objetiva auxiliar a proposta de formação e atuação prática de intérpretes educacionais que vem promovendo a chamada “inclusão” de surdos na educação. Observar as nuances de sua atuação, os modos de aproximação de um currículo que faça sentido ao aluno surdo tem sido alvo deste trabalho.

II. INTRODUÇÃO

Meu papel – mas este é um termo muito pomposo – é mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiros, por evidentes certos temas fabricados em um momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída. O papel de um intelectual é mudar alguma coisa no pensamento das pessoas.

(Foucault, 2004, p. 295).

Início a escrita trazendo a epígrafe acima como forma de alavancar o pensamento, inquietar o corpo para caminhar ao encontro da temática em questão: fabricação de verdades; relações de poder e emergência de sujeitos narrados por uma contingência histórica. Foucault (2004), nestas linhas mencionadas, proporciona uma reflexão da importância da pesquisa e do intelectual que se coloca na posição de fraturar verdades, analisar as conjecturas históricas que fizeram emergir determinados discursos sobre práticas, as quais refletem em saberes e fazeres, na produção de subjetividades sempre articuladas a uma historicidade – que pode ser penetrada, expandindo e recuperando os discursos políticos e os poderes que o mantém como forma de consolidação de um saber, e, portanto, estes mesmo saberes, podem ser questionados e revistos. Diante deste recorte, trabalhar os discursos e os fazeres de tradutores e intérpretes de língua de sinais educacionais (**TILSE**) no interior de salas de aulas, observando as práticas interpretativas, suas “falas” sobre sua atuação, bem como, a ação que efetivamente ocorre no cotidiano escolar, é sem dúvida, alargar as possibilidades de reflexão, na busca pela fratura de verdades que circulam sobre o que se pode e se deve fazer quando se “está atuando em contexto de ensino”: sobre uma possível ética atrelada a função do intérprete. Tal proposta tem como aporte, questionar os fazeres (reais) cotidianos, para pensar em como possibilitar uma atuação política do intérprete educacional, numa ética que atenda as condições reais a que estão submetidos, dentro de um sistema educacional inclusivo. Mobilizada por estas inquietações apresentadas aventurei-me na escrita de uma tese que discutiu as distinções entre um “papel estático” oferecido, ou ainda, anunciado aos TILSE, e a “posição-mestre”, nomeada e construída no decorrer da tese, como proposta ativa de articulação entre aluno e intérprete: uma produção recreativa em resposta ao jogo inclusivo que opera na linha da homogeneidade de ensino, a presença do mestre-intérprete irrompe uma lógica hostil e excludente, na

via da “escuta” surda, ou seja, uma possível resistência em busca de um ensino pela diferença.

Diante de tais afirmações, torna-se necessário dizer que na pesquisa apresento algumas exigências para a prática da mestria, na transposição do TILSE para o mestre intérprete de língua de sinais educacional (**MILSE**), articulada com a “função-educador” (CARVALHO, 2008). Conceitos teóricos que puderam ser aprofundados com o alinhavo da teoria foucaultiana nos estudos do período Helenístico-Romano sobre a prática filosófica (sua escuta) e a relação de mestria ativa para a construção de uma ética de si mesmo; um olhar para si, uma conversão que toma o sujeito como ativo em suas escolhas. Retomando a questão central, da função do intérprete educacional, em todas as análises de atuações em sala de aula verificou-se uma aproximação do intérprete com o surdo, o que impossibilitava certa neutralidade, ou uma mera transposição tradutória, embora alguns dos discursos coletados, em entrevistas evidenciassem a necessidade de marcar esse lugar “neutro”. Atribui-se a isso, a marca temporal da busca profissional e de um “regulamento” da profissão: a composição de um campo que tem que se firmar com suas especificidades, e para tal, marcar a distinção entre ensinar e traduzir é fundamental. Ocorre que a inclusão opera exatamente neste paradoxo, e assim, a atuação do intérprete oscila, ficando no entre-lugar, no hiato entre ser uma coisa e outra, na coexistência das funções. Nas filmagens em sala de aula, estas questões ficam claras, a marca do cotidiano, impregnava um fazer, impulsionando o intérprete para além da mediação estanque: a espera pela compreensão, os acordos pedagógicos no ato tradutório, enfim, marcas educacionais que não encontramos na atuação de intérpretes em outras áreas, nas quais há uma relação diferenciada. Evidenciou-se uma contradição e um receio de narrar àquilo que de fato é feito no interior da sala de aula por julgar haver rigor “ético” do fazer do intérprete: prescrito por um código de ética que pouco dialoga com as práticas de sala de aula. Isso por questões simples, sua existência se dá em outro momento e na consolidação de outras práticas, no entanto, tal documento ganha formas de generalizações para todos os âmbitos da atuação de intérpretes de língua de sinais.

Diante do exposto há necessidade de repensar a prática, a formação e o que seja a ética em contexto de ensino. Sem dúvida, há uma distinção entre a atuação do professor de sala e do intérprete de língua de sinais contratado. Porém, o foco é na

relação menor, no encontro da aprendizagem e que Deleuze (2010) sabiamente apresentou como uma relação de construção efeito do lançamento de signos que pode ser oferecido pelo mestre, assim afirma: “Nunca se sabe como uma pessoa aprende; mas, de qualquer forma que aprenda, é sempre por intermédio de signos, perdendo tempo, e não pela assimilação de conteúdos objetivos. [...]” (DELEUZE, 2010, p.21), e desta forma, afirmamos que tais signos confiados pelo professor ao intérprete será ressignificado e é de/em suas mãos que o encontro se fará corpo no corpo do aluno surdo. Para finalizar a introdução trago a fala de uma TILSE para ilustrar o que descrevo nesta pequena problematização apresentada:

➤ O intérprete educacional não pode cair na armadilha de ser um profissional que apenas adentra a sala de aula, faz seu trabalho e ao sair nada tem mais com aquele sujeito surdo. **O intérprete educacional vai além da sala de aula**, porque ele precisa ir a biblioteca e **além dos muros da escola**, porque este sujeito surdo precisa deste “**outro**” para construir sua gama de saberes e que a sala de aula, muitas vezes, apenas mostra o caminho, ele precisa de **companhia para percorrê-lo**. Ele precisa deixar-se **afetar** pelo outro e alguém precisa **SER** este outro. (**Intérprete Educacional, G.F.S., 47 anos**). Grifos meus.¹

III. OBJETIVOS DO TRABALHO

Traça-se como objetivo principal deste trabalho descrever resultados de minha pesquisa de doutoramento na qual se investigou a atuação do intérprete de língua de sinais em contexto de ensino a partir do olhar da filosofia francesa, em Michel Foucault (2010) – mais precisamente na obra “Hermenêutica do Sujeito”, na qual o autor propõe uma análise do fazer do mestre na relação estabelecida com seu discípulo, e ainda apresenta os conceitos de ética e estética da existência. Portanto, trata-se de uma pesquisa teórica que aprofunda conceitos da filosofia francesa e a partir deles reconfigura a atuação do intérprete educacional em contexto de ensino. O ponto fulcral a ser defendido na tese foi a de que a atuação do intérprete em contexto educacional se dá numa função preterivelmente pedagógica, formadora de laços entre intérprete, aluno surdo e professor ouvinte; com essa afirmação há necessidade de revisão da formação

¹ Trechos recortados da tese de doutoramento de MARTINS, 2013. O quadro marca que o discurso foi coletado por meio de entrevista escrita.

do intérprete em contexto de ensino, do modo de sua contratação e do que seja uma ética “pedagógica”, quando se está em jogo a relação de aprendizagem.

IV. PROPOSTA METODOLÓGICA DA PESQUISA

A pesquisa teve como procedimento metodológico a análise do discurso francesa, baseada nos estudos de Michel Foucault, mais especificamente na construção de uma genealogia da emergência do intérprete como ator do cotidiano escolar, e o fazer de intérpretes de língua de sinais em contexto de ensino. Foram feitas entrevistas e encaminhadas via e-mail para aproximadamente 30 intérpretes, apenas os atuantes em contexto de ensino. Além das entrevistas coletadas, foram realizadas filmagens de intérpretes em prática interpretativa de ensino e posteriormente analisadas suas performances. As falas, entrevistas e dados empíricos compõem parte da tese, conforme, aponta Foucault (1979) como marcas de uma temporalidade, portanto, qualquer “discurso” tem valor para a composição do tecido refletido, não importa quem fala, mas o que fala e por que fala. Por genealogia entendem-se as formas de análise das forças promotoras de verdades. Assim, a opção por uma pesquisa genealógica se dá por duas razões: 1) por ser um olhar sobre relações e seus efeitos no encontro das verdades que tal ação promove; 2) pelo olhar do pesquisador que não nega sua historicidade, suas verdades ao fazer pesquisa, mas que tenciona constantemente os lugares e as invenções que são dadas e, com isso, pode fazer uma análise histórica das formas de subjetivações possíveis em determinada época. “A história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas, ao contrário, se obstinar em dissipá-la” (FOUCAULT, 1979, p. 34). É assim que o trabalho se insere: sem a intenção de encontrar as raízes da educação de surdos como meio para justificar a inclusão com intérprete e o papel que tal sujeito deve ter (como mais um protocolo normativo), pois seria uma forma de unificar verdades e restaurar o erro; mas promover a escuta das relações que são formadas no interior da sala de aula; práticas que necessitam ser vistas, ampliadas, como formas “menores”², mas potencialmente resistente. Por sua existência

² “Menor” aqui é usado no sentido deleuziano como marca de uma resistência, uma minoração de um grupo que perfura e incomoda o padrão, o estabelecido dentro de um saber “maior”.

pode-se proliferar a diferença, uma vez que tal proposta só opera na contra-marcha de uma “norma”: que seja o modelo ortopédico proposto pela escola inclusiva, na reparação do corpo surdo, e a atuação do intérprete como coadjuvante. A minoração aqui se dá na medida em que o intérprete promove outra coisa para além do que foi proposto e nisto faz expandir ou promove a manutenção da diferença.

V. RESULTADOS OBSERVADOS COM A PESQUISA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar temporariamente esta problematização proposta trago algumas considerações finais, bem como resultados, ou respostas a algumas das minhas inquietações no trajeto da pesquisa. Após leitura e estudo teórico, mais as análises das “falas-entrevistas” e das “cenas escolares” pude compor três campos de práticas interpretativas que refletem concepções distintas, as quais foram criadas no decorrer das análises, pelo conteúdo que me foi apresentado: 1) A relação de mestria no período socrático platônico; 2) O mestre da condução numa vertente religiosa; 3) A relação de mestria no período Helenístico Romano. Em cada uma destas posições verificam-se discursos e verdades a se firmar: 1) a posição da falta de domínio e conhecimento do intérprete e a necessidade da configuração do campo da tradução como atividade que tem uma especificidade, para tal, a busca de uma transposição mecânica dos enunciados emitidos pelo professor. O intérprete como agente passivo, ponte de discursos; Já a posição 2) nota-se a presença do discurso religioso assistencial, a relação da interpretação como dom, e a mediação como exercício vocacional. Tal vertente carrega marcas do próprio nascimento da prática interpretativa realizada em igrejas (ASSIS SILVA, 2012); 3) a posição-mestre como produtora de uma ética da existência, atrelada a função-educador (CARVALHO, 2008), como resultante de um encontro entre mestre e discípulo que se constroem ativamente no processo do “aprender”; são feitos e efeitos da relação firmada entre um e outro. Uma relação que promove a “escuta” do outro, os caminhos e descaminhos do seu aprender; um mestre que não quer promover um trajeto igual, colocar o outro na fôrma, mas produz signos que serão compostos de tantas outras formas no corpo do aluno.

Nas três perspectivas nota-se uma relação pedagógica firmada, ainda que mais direcionada, diretiva, mais formatada, ou ainda, em contraposição, mais libertária,

percebe-se, no entanto, um laço estabelecido entre intérprete educacional e aluno surdo, o que remete a necessidade de revisão da atuação e da formação de intérpretes educacionais para não camuflarmos o ocorrido em sala de aula, “embaçado” por um discurso que marca receios normativos de uma verdade que pretende ser aplicada como norma. Que o fazer menor de muitos intérpretes educacionais invisíveis nas muitas salas de aulas e suas múltiplas formas de “ensinagens surdas” possam ser expostos para repensarmos as especificidades deste profissional, e então, percebermos os momentos em que há traduções, interpretações e as criações que coexistem neste espaço. Uma coisa é certa, o intérprete educacional precisa de tempo para aprofundar os signos (tempo de estudo), uma vez que a interpretação não ocorre de forma espontânea e automática, há necessidade de espaço e troca com o professor, entre outras especificidades necessárias e apontadas por muitos profissionais intérpretes que praticam cotidianamente a invisibilidade da inclusão, e promovem com muitos surdos, espaços de diferenças.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS SILVA, C. A. de. **Cultura Surda**: agentes religiosos e a construção da identidade. São Paulo: Terceiro nome, 2012.

CARVALHO, A. F. de. **Das sujeições às experiências de si na função-educador**: Uma leitura foucaultiana. Tese de doutorado. Faculdade de educação da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP. Campinas/SP, 2008.

DELEUZE, G. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Verdade, poder e si mesmo. In: **Ditos e escritos**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 294-300.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. Curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MARTINS, V.R.O. **Posição-Mestre**: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional Tese de doutorado. Faculdade de educação da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP. Campinas/SP, 2013.